



Trajетórias de mulheres no contexto do trabalho escravo no Maranhão

Women's Trajectories in the Context of Slave Work in Maranhão

Trajectorias de las mujeres en el contexto del trabajo esclavo en Maranhão

■ Flávia de Almeida Moura¹

e-mail: flavia.moura@ufma.br

Palavras-chave: trajetórias de vida, mulheres, trabalho escravo, Maranhão

Keywords: *life trajectories, women, slavery, Maranhão*

Palabras-clave: *trayectorias de vida, mujeres, trabajo esclavo, Maranhão*

Resumo

Este artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento que busca identificar processos de violação de direitos de mulheres no contexto do trabalho escravo no Maranhão, muitas vezes invisibilizados ou naturalizados por elas próprias e mesmo pela rede de combate no estado. Destacamos o trabalho realizado por duas entidades sociais: o Sindicato de trabalhadores e trabalhadoras domésticas do Maranhão (Sindoméstico-MA) e o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH-CB) de Açailândia-MA. Apresentamos alguns relatos de mulheres recolhidos durante trabalhos de campo realizados em 2023 e interpretados à luz da discussão feminista.

Abstract

This paper presents the preliminary results of an ongoing research project that seeks to identify processes of violation of women's rights in the context of slave labour in Maranhão, which are often made invisible or naturalized by the women themselves and even by the state's anti-slavery network. We highlight the work carried out by two social organizations: the Maranhão Domestic Workers Union (Sindoméstico-MA) and the Carmen Bascarán Center for the Defense of Life and Human Rights (CDVDH-CB) in Açailândia-MA. We present some of the women's stories collected during fieldwork carried out in 2023 and interpreted in the light of the feminist debate.

¹ Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação – Mestrado Profissional (PPGCOMPro) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da UFMA e graduada em jornalismo pela mesma UFMA. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC), do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Sociedade (GEPTS), do Observatório de Experiências Expandidas em Comunicação (Obeeec) e do Grupo de Pesquisa e Estudos em Estratégias de Comunicação (GPECOM). E-mail: flavia.moura@ufma.br.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento que visa identificar processos de violação de direitos de mulheres no contexto do trabalho escravo no Maranhão. A problemática que permeia toda a investigação está relacionada à identificação de formas de violências e violações de direitos enfrentadas por mulheres a partir de suas narrativas de vida (Bertaux, 2010), relacionando os relatos com as características principais da escravidão contemporânea. Nota-se, em uma análise preliminar do material já recolhido, que muitas mulheres naturalizam ou naturalizavam¹ até pouco tempo essas condições devido a um contexto estrutural patriarcal e escravocrata desde a formação do Brasil e a um consequente silenciamento histórico das mesmas (Carneiro, 2003).

Neste texto, destacamos o enfrentamento realizado por duas entidades sociais: o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticas do Maranhão (Sindoméstico-MA) e o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH-CB), de Açailândia, Maranhão. Para este último, nos concentraremos no projeto Mulher Maravilha, coletivo que atua com o objetivo de contribuir para o empoderamento e a emancipação feminina e a transformação social utilizando da pedagogia feminista no espaço de educação popular.

Os resultados preliminares aqui apresentados foram elaborados a partir da sistematização de relatos de mulheres recolhidos durante trabalhos de campo (Moura, 2016) realizados entre fevereiro e julho de 2023 junto às duas entidades e interpretados à luz da discussão feminista apresentada no decorrer do texto. Entrevistamos tanto agentes sindicais e dos movimentos sociais, quanto trabalhadoras, esposas, mães e demais familiares de trabalhadores egressos de condições de trabalho escravo contemporâneo.

Buscamos discutir, à luz do pensamento feminista, como a divisão sexual do trabalho contribui para a subnotificação de mulheres resgatadas e os impactos da invisibilidade nas estatísticas. Essas reflexões colocam em pauta um problema de desconhecimento não apenas dos dados, mas de como a rede de combate tem olhado para as mulheres levando em consideração as questões de gênero.

As principais referências que embasam as reflexões são Joan Scott (2008), Monique Wittig (2019), Sandra Harding (1986), Angela Davis (2016), Djamila Ribeiro (2018), Chimamanda Adichie (2019), Lélia Gonzalez (1983) e Sueli Carneiro (2003), entre outras.

Nossos estudos partem de um contexto em que o lugar da mulher está relacionado a funções que exigem o cuidado com a casa, os filhos e o companheiro; logo, quem sai para trabalhar é o homem. Esse olhar, que estrutura fortemente a sociedade patriarcal, tem efeitos cruéis também na chamada servidão por dívida, entendida por Neide Esterici (1994) como toda forma de exploração em que se imobiliza a mão de obra por meio de coação física e/ou moral, além de restringir a capacidade de ir e vir dos subordinados e de limitar sua liberdade de oferecer a outros seus serviços. Vale destacar que as condições de trabalho análogas à de escravo estão previstas no artigo 149 do Código Penal Brasileiro e têm como principais características a jornada exaustiva, o trabalho forçado e degradante

e a servidão por dívida. Para caracterizar o crime, essas condições podem ser encontradas de forma conjunta ou isolada.

Entre 1995 a 2018, os dados da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontam que 95% dos trabalhadores resgatados no Brasil eram homens, enquanto apenas 5% eram mulheres. Com o passar do tempo, o surgimento de novos olhares exige que outros questionamentos sejam levantados. A invisibilidade das mulheres no contexto do trabalho escravo contemporâneo é explicada a partir das marcas do patriarcado, bem como da naturalização de muitas mulheres que são submetidas a condições degradantes de trabalho e nem sequer se identificam como trabalhadoras. (Moura e Santos, 2022).

As narrativas de vida das mulheres destacam sua participação nos contextos de trabalho escravo, tanto de forma direta quanto indireta, como no caso das esposas de trabalhadores migrantes, que acabam acumulando funções domésticas, cuidados com os filhos e tarefas nas roças de subsistência enquanto os maridos trabalham em grandes projetos de desenvolvimento, seja no agronegócio ou na construção civil nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e acabam submetidos a condições degradantes de trabalho. Também trazemos para as discussões relatos de trabalhadoras domésticas relacionados a violações de direitos, abuso sexual e trabalho infantil, demonstrando assim a complexidade do problema.

Na seção a seguir, apresentamos as escolhas metodológicas a partir das quais desenvolvemos a pesquisa. Em seguida, relatamos as duas experiências de pesquisa de campo supracitadas. Além da atividade de pesquisa, nossas ações junto às duas entidades mencionadas vão além: realizamos uma parceria e construímos, de forma coletiva, juntamente com agentes dos movimentos sociais, campanhas de sensibilização e combate ao trabalho escravo doméstico, bem como de empoderamento feminino para a transformação social, que também serão relatadas a seguir. Ao final deste artigo, tecemos algumas reflexões a partir do que ouvimos até agora. Entendemos que a pesquisa está em andamento e, portanto, muitos aprendizados ainda estão por vir.

Caminhos metodológicos percorridos

A partir de experiências em pesquisas anteriores (Moura, 2009, 2016, 2020, 2022), buscamos parcerias com representantes dos órgãos governamentais e não governamentais de combate ao trabalho escravo no Maranhão, por intermédio da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae) para a realização desta pesquisa. Além da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão (Sedihpop) e do CDVDH-CB, também realizamos, mais recentemente, parcerias com o Sindoméstico-MA.

Inspirados na discussão de Pamela Marques e Maria Genro (2016), buscamos problematizar as formas de observar, tratar, refletir, evidenciar e descrever o mundo social a partir de uma perspectiva cuidadosa e não violenta, que respeite a realidade do sujeito subalterno e o traga como parte desse empreendimento. Para as autoras, a pesquisa cuidadosa é

mais do que apontar molduras prontas às quais ajustar a matéria a ser apreendida durante a pesquisa social, refletir sobre as preocupações com que se empreende o caminho da pesquisa, sondando algumas formulações epistêmicas interessantes que se refletem em posturas éticas-metodológicas mais sensíveis (Marques e Genro, 2016, p. 324).

Ou seja, o desafio é romper com a questão antiética da pesquisa com o subalterno² por meio do exercício de tornar a fala desse “outro visível” sem que o pesquisador seja a única fonte de reconhecimento discursivo no que tange à emancipação de falar e ser ouvido. Desse modo, as autoras destacam três elementos indispensáveis na pesquisa cuidadosa: (1) a autoria do reconhecimento; (2) o compartilhamento do conhecimento dialógico; e (3) a autorização do conhecimento produzido a partir de convergência constante no processo de elaboração (Marques e Genro, 2016). A tudo isso, vão chamar de *pesquisa em colaboração*.

Nesse sentido, buscamos realizar uma pesquisa em colaboração, isto é, em conjunto com os sujeitos pesquisados, com tomadas de decisões e caminhos negociados durante o processo da pesquisa, em uma perspectiva de atender às demandas e necessidades dos grupos sociais envolvidos. Assim, é de forma coletiva que estão sendo realizadas as campanhas de sensibilização e combate ao trabalho escravo doméstico no Maranhão, com oficinas de formação e produtos radiofônicos e audiovisuais a serem distribuídos pelas redes sociais e demais plataformas capazes de alcançar públicos de interesse.

Segundo Marques e Genro (2016), a escuta depende da forma interacional com os sujeitos pesquisados. Desse modo, a metodologia utilizada para a construção dos produtos propostos nessa etapa do estudo está calcada no diálogo e na interação constante com os sujeitos envolvidos, em plena negociação de interesses comuns.

Para a construção das narrativas de vida, buscamos a orientação teórica-metodológica de Daniel Bertaux (2010), que identifica a relação entre pesquisador e processo de pesquisa como

a narrativa é, evidentemente, testemunho da experiência vivida, mas é um testemunho orientado pela intenção de conhecimento do pesquisador que a registra. Essa intenção, explicitada desde o primeiro contato, compreendida, aceita, é interiorizada pelo sujeito sob a forma de um filtro implícito através do qual ele seleciona, no universo semântico da totalização interior de suas experiências, o que seria susceptível de responder às expectativas do pesquisador (p. 65).

A narrativa de vida, portanto, traz em si uma dimensão teórica de grande valia para as possíveis formulações do(a) pesquisador(a), pois o(a) possibilita perscrutar, por meio da

escuta ativa, a correlação da própria narrativa com os estudos de fenômenos que a priori podem ou não parecer ter relação.

O dever do(a) pesquisador(a), nesse sentido, é alcançar e mobilizar na narrativa o ensejo teórico que se busca a partir da prática da escuta das narrativas de vida.

Se o real só se exprime sob forma de arquivos ou de estatísticas, ele custa a romper a barreira dos preconceitos do pesquisador. Na entrevista, a experiência do real toma forma humana, vida e voz, sua força de persuasão aumenta consideravelmente (Bertaux, 2010, p. 69).

Para ter acesso aos relatos de vida de trabalhadoras e agentes do movimento social, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Até o momento, participaram das entrevistas sete trabalhadoras domésticas intermediadas pelo Sindoméstico-MA e cinco trabalhadoras participantes do projeto Mulher Maravilha, mediadas pelo CDVDH-CB.

Relatos de mulheres do coletivo Mulher Maravilha, de Açailândia-MA

Nesta seção, contextualizamos a formação do coletivo Mulher Maravilha e apresentamos um breve perfil das participantes de um processo de formação em educação popular e feminista (Silva, Corrêa e Negretto, 2018), além de relatar algumas narrativas dessas mulheres.

O projeto Mulher Maravilha³ nasceu em 2014 com o objetivo de contribuir para o empoderamento e a emancipação de um grupo de mulheres no espaço de atuação do CDVDH-CB. Seu surgimento se deu no Centro Comunitário da Vila Ildemar, bairro mais populoso de Açailândia, a partir da própria inquietação das mulheres, que demandaram ao Centro de Defesa uma atividade para participarem regularmente. Foi a partir de aulas de exercícios físicos e de manifestações culturais que as outras atividades de formação política e social e de fortalecimento feminista foram introduzidas. Hoje, é possível ver seu empoderamento real e a evolução dos seus discursos e atitudes na participação das atividades propiciadas em diversos espaços sociais – por exemplo, entre suas famílias (Ferreira, 2021).

A Vila Ildemar apresenta um alto índice de violência contra mulheres, culminando em diversos feminicídios, inclusive em vias públicas, além de ser um dos principais locais de origem de trabalhadores e trabalhadoras que acabam sendo submetidos a condições de trabalho análogas às de escravo em outros estados do Brasil.

— O projeto Mulher Maravilha atua nessa realidade tendo uma turma constante com 30 mulheres, que se reúnem regularmente, duas vezes por semana, para participar das atividades promovidas pelo projeto. Entre elas, as aulas de exercícios físi-

cos, onde o mesmo [o projeto] contribui notavelmente para a elevação da autoestima e criação de laços de sororidade entre as participantes. Ao mesmo tempo, são trabalhadas de diversas formas temáticas em relação ao machismo estrutural e como estão construídas as relações entre os gêneros, criando assim mecanismo de como enfrentá-lo. (Yoná Ferreira, coordenadora do projeto Mulher Maravilha, abril de 2023).

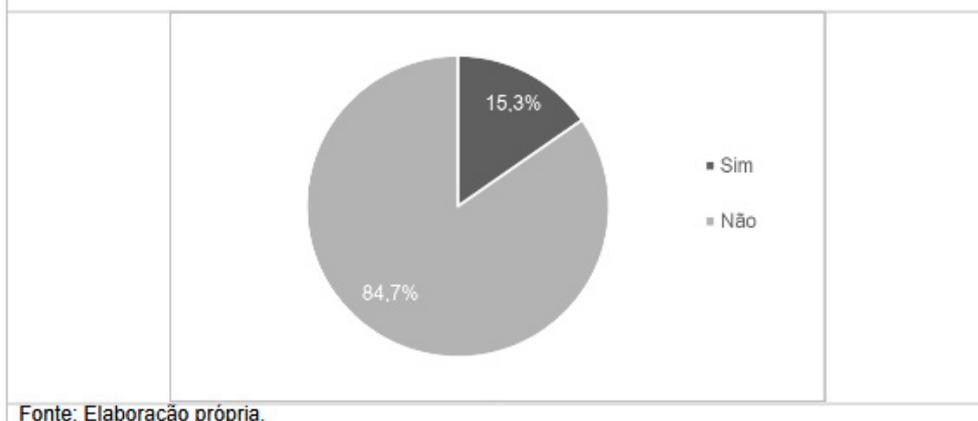
No espaço do projeto, são realizadas rodas de conversas, debates, encontros de estudo e formação, atos públicos e outras metodologias sobre feminismos, de forma que as próprias mulheres identifiquem como seus direitos estão sendo violados e como alcançar os mecanismos de proteção e justiça, assim como criar laços de resistência, apoio e sororidade entre todas as mulheres. Além disso, são realizadas oficinas pontuais de capacitação profissional que contribuem diretamente para a geração de renda e a independência econômica das participantes.

Desde o final de 2022, o projeto foi ampliado para as comunidades que compõem a Rede de Ação Integrada de Combate a Escravidão (Raice) nos municípios de Santa Luzia, Pindaré-Mirim e Monção, todos localizados no Maranhão. Ao todo, até abril de 2023, o projeto contava com aproximadamente 100 participantes desses municípios, oferecendo formações sistematizadas sobre educação popular feminista, oficinas profissionalizantes e atendimento psicológico.

— É importante ressaltar a importância da visibilização das mulheres, em especial no contexto de trabalho escravo, realizando um recorte de gênero, pois são mulheres sujeitas a inúmeras vulnerabilidades sociais e ainda sofrem com as diversas violências, consequências do machismo estrutural. Além [disso], quando seus esposos estão no ciclo do trabalho escravo, são essas mulheres, reconhecidas popularmente por serem “viúvas de maridos vivos”, que ficam com toda a responsabilidades de suas famílias. (Yoná Ferreira, coordenadora do projeto Mulher Maravilha, abril de 2023)

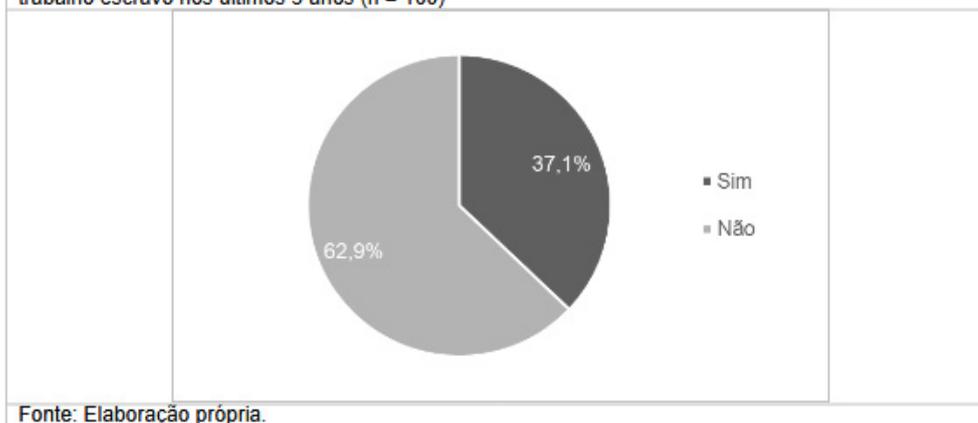
Para traçar um breve perfil das participantes do projeto, aplicamos um questionário on-line junto às mulheres, que responderam com a ajuda das facilitadoras das formações. O formulário ficou disponível para resposta entre 13 de abril e 15 de maio de 2023. Foram obtidas, no total, 100 respostas de mulheres que já participaram ou ainda participam do projeto.

Das respondentes, 15,3% informaram já terem sido submetidas a condições

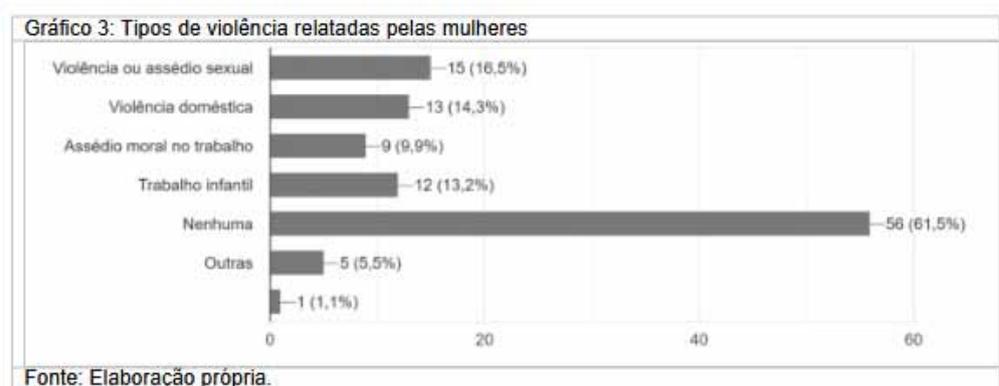
Gráfico 1: Proporção de mulheres submetidas a condições análogas às de trabalho escravo nos últimos cinco anos (n = 100)

análogas às de trabalho escravo nos últimos cinco anos. Durante grupos de discussão (Moura, 2016) que iniciamos em abril de 2023, identificamos algumas atividades, como trabalho doméstico, cozinheira em fazendas de gado, trabalhadoras agrícolas, entre outras.

Mas a relação mais forte com o trabalho escravo contemporâneo da maioria está relacionada ao envolvimento de algum familiar com essa violação: das respondentes, 37,1% informaram que tinham familiares nessas condições nos últimos cinco anos. Em sua maioria, pais, maridos e/ou filhos já passaram por situações de trabalho degradante, tendo sido resgatados pela fiscalização ou não.

Gráfico 2: Proporção de mulheres com alguém da família que esteve/está em condições análogas às de trabalho escravo nos últimos 5 anos (n = 100)

Quando questionadas sobre as violações que já sofreram na vida, a maioria das mulheres indicou pelo menos um tipo de violência vivenciada: 16,5% informaram já ter sofrido violência ou assédio sexual; 14,3%, violência doméstica; 13,2%, trabalho infantil; e 9,9%, assédio moral no trabalho.



As narrativas sobre os tipos de violência vivenciados pelas mulheres estão relacionadas ao processo de desnaturalização das violações resultantes da formação em educação popular e feminista junto ao projeto. Quando questionadas sobre suas condições de mulheres, bem como sobre seus lugares na sociedade, a maioria afirmou que as questões de raça – a maioria das participantes é negra – e de gênero são determinantes para as violações já sofridas no âmbito geral da vida. “Tenho certeza que já passei por tudo isso por ser mulher, pobre e negra”, afirmou uma delas.

Davis (2016) traz à tona as condições das mulheres negras no mundo contemporâneo com violências naturalizadas que remontam ao tempo da escravidão colonial. Nesse sentido, abusos sexuais e violência doméstica passam a ser naturalizados, pois reproduzem um processo histórico patriarcal e racista.

Gonzalez (1983), por sua vez, trabalha com as noções de consciência e memória para entender o desconhecimento, o encobrimento, a alienação, o esquecimento e até mesmo do saber dessas mulheres. Já Carneiro (2003) aponta a necessidade de potencializar as mulheres afirmativamente por meio da reflexão e da ação política, para que se libertem das amarras do patriarcado e do racismo.

A partir de uma pedagogia feminista de educação popular sob a orientação de Márcia Silva, Eliane Corrêa e Carla Negretto (2018), as mulheres participantes do projeto começaram a indagar sobre a naturalização de suas violações e, em rodas de escuta e diálogos, trouxeram à tona experiências vivenciadas¹, como estas apresentadas a seguir:

— Conquistei, a partir dessas vivências com o projeto, o meu próprio empoderamento [...]. É como se antes eu fosse uma pessoa e agora outra, bem melhor e mais consciente. Também reconheci que meus filhos e marido são machistas e agora eu consigo falar sobre isso em casa e passar o que eu aprendo. Também passei a identificar o que já sofri com o trabalho pesado, e nem conhecia antes que eu podia ter direitos (Entrevistada 1, abril de 2023)

— A formação me ajudou a entender e a respeitar tudo e todas as pessoas e me fez perder o medo de conversar com as pessoas sobre o que sinto e penso. Agora não vou mais me submeter a situações de ofensas e xingamentos no meu trabalho. Aprendi a falar sobre os meus direitos. (Entrevistada 2, abril de 2023)

— Hoje eu consigo conversar mais com meus filhos, porque só tenho filhos homens e é importante ensinar sobre os direitos das mulheres e, principalmente, sobre respeito. Falo sobre o machismo, sobre violência e relações abusivas. O projeto me ajuda a educar meus filhos e a compreender as coisas, além de me sentir mais forte para enfrentar a vida e poder fazer o que eu quiser. (Entrevistada 3, abril de 2023)

Nesses relatos, é possível compreender como a pedagogia feminista já faz sentido na vida dessas mulheres, provocando mudanças significativas em suas subjetividades e ao seu redor. Por meio dela, é possível trazer as lutas feministas e o próprio movimento em si como um olhar particular sobre o mundo e as relações estabelecidas nele, com o intuito de refletir e lutar por melhorias e transformações que vêm do interior ao exterior (Ferreira, 2023).

Relatos de trabalhadoras no contexto do Sindoméstico-MA

Nesta seção, trazemos a experiência de trabalho de campo junto ao Sindoméstico-MA, realizado entre fevereiro e julho de 2023. Em um primeiro momento, visamos conhecer a realidade de vida das trabalhadoras, bem como suas demandas e exigências históricas, para compreendê-la no escopo da pesquisa sobre condições de trabalho escravo contemporâneo no Brasil (Andrade, 2022). Após algumas visitas e contatos iniciais, acompanhamos eventos e demais ações realizadas pelo sindicato, a fim de nos aproximarmos e, finalmente, construirmos juntas uma campanha de sensibilização e combate ao trabalho escravo doméstico no Maranhão.

Identificamos, durante o trabalho de campo, relatos de violência física e psicológica e assédio moral, além de traços previstos no artigo 149 do Código Penal Brasileiro que caracterizam condições análogas às de trabalho escravo, como jornadas exaustivas, servidão por dívida e trabalho forçado e degradante. Em alguns casos, identificamos também situações de cerceamento de liberdade, principalmente no contexto da pandemia da covid-19, quando muitas famílias impuseram às trabalhadoras domésticas a condição de não voltarem para suas casas a fim de evitar circulação em transportes coletivos, afastando essas mulheres de suas famílias como condição para manterem seus empregos.

Grande parte das relações de trabalho contemporâneas envolvendo mulheres não corre por caminhos ladrilhados pela igualdade. O trabalho doméstico, modalidade que se desenvolveu nas terras brasileiras por causa das atividades derivadas do processo de colonização e se enraizou a partir da evolução de atividades escravistas, é uma das modalidades de trabalho mais comuns entre mulheres, representando aproximadamente 17% da participação feminina na população economicamente ativa (Yoshikai, 2009).

Maria Isabel Castro, diretora do Sindoméstico-MA, comenta sobre as muitas queixas de trabalhadoras ao longo dos anos em que ela trabalha nesse atendimento:

— São centenas e centenas de relatos, em todos esses anos, que mexem muito com a gente. Tem relatos que empregadores davam remédios para as domésticas para não dormirem na casa. Tem relato de trabalhadoras que comiam no quintal para não se misturar com os patrões, de trabalhadoras ameaçadas de serem “colocadas no tronco”, de empregador que a doméstica era obrigada a não comer nada da casa, mesmo que estivesse estragando. Relatos de domésticas que eram fiscalizadas, tendo seus pertences individuais revistados para ver se não eram ladras [...]. Enfim, é tanto relato que só anotando de antemão conseguimos lembrar. Vemos constantemente casos de domésticas que trabalham pra receber o mínimo do mínimo, pra ganhar qualquer coisa, R\$400, R\$500 reais e só. (Maria Isabel Castro, diretora do Sindoméstico-MA, maio de 2023)

No sindicato, tivemos a oportunidade de entrevistar cinco trabalhadoras domésticas, que falaram de suas realidades e histórico de violências e violações. Por questões éticas, preservaremos suas identidades neste texto.

A partir do relato da Entrevistada 4, conseguimos auferir como o processo de concentração fundiária no Maranhão é uma das causas da expulsão de trabalhadores(as) rurais do campo, forçando a migração para os centros urbanos. Nesse caso, essa situação estreitou os horizontes dessa trabalhadora, que tinha seu modo particular de vida e de organização social, com suas particularidades sociais na vida rural, e teve de se deslocar para a cidade. Pouca terra e pouca produção, garantindo apenas a subsistência, fez surgir demandas por condições de vida mais promissoras, pela busca de oportunidades na zona

urbana. Ela se deslocou, então, para a capital São Luís, impelida pelo caráter cultural com relação ao gênero, e encontrou no trabalho doméstico a primeira e única oportunidade de trabalho e sobrevivência.

— Chegando aqui [em São Luís], tive que ser doméstica. Comecei na casa de conhecido e foi muito difícil. [...] Abusavam muito de mim e diziam pros meus pais que estavam me ajudando, inclusive a estudar, sendo que eu que sempre busquei estudar por conta própria, porque eu gostava e sonhava [em] ser professora. Mas é isso, a vida é uma confusão. Sofri muito tipo de abuso e já trabalhei só para ter casa e comida. Não queria falar pros meus pais as dificuldades, porque tinha medo deles “morrerem” só de sofrimento. Mas, sim, sofri bastante. Hoje estou em casa de pessoas melhores, só que ainda tenho sonho de ser professora. (Entrevistada 4, maio de 2023)

Verificamos na fala dessa entrevistada e de outras que as relações de abuso e exploração se encontram vinculadas com a busca de trabalho doméstico como reflexo da falta de alternativas materiais, acarretando dissolução de sonhos e estabelecendo um horizonte fragmentado, ao qual se sobrepõe a necessidade de sobreviver.

Outra trabalhadora (Entrevistada 5) apresentou-nos a questão do trabalho degradante e da violência sexual como parte naturalizada de sua prática de trabalho, além das irregularidades trabalhistas que estiveram presentes por quase todo seu período de trabalho durante a vida. O abuso físico, sexual e moral é relatado por ela na seguinte passagem da entrevista:

— [...] já sofri uma tentativa de estupro quando estava com três meses de grávida da minha filha. Na casa que trabalhei no Renascença [bairro de São Luís], veio um rapaz dos Estados Unidos que fiquei responsável por arrumar a casa dele. Cheguei lá para trabalhar e ele com segundas intenções. Ele tentou me agarrar e eu gritei e me defendi com a vassoura que tava na minha mão. Poucos dias antes eu havia retirado um dente, mas naquele momento só queria salvar a mim e meu filho. Ele tentou me beijar e eu bati nele, consegui fugir de lá. Fiquei com medo de denunciar ele por causa do meu marido, nunca nem falei isso pra ele. (Entrevistada 5, maio de 2023)

— O pai desse menino que eu trabalhava na casa dele me assediava sexualmente sempre quando eu estava no quarto. Tal pai tal filho. Eu tinha que manter o trabalho pra conseguir cuidar da minha cria. Quando eu ia tomar banho, ele e o neto

dele ficavam me olhando pela fresta do banheiro. Por isso até hoje no trabalho não tomo mais banho na casa de ninguém. Passei muito aperto na minha vida pra cuidar dos meus filhos. Nessa casa que eu sofria assédio, inclusive, nunca recebi meu salário completo. Fiquei oito meses e não recebi tudo, trabalhei meses sem receber. [...] Saí de lá sem receber tudo. Não entrei em processo. A menina que veio depois de mim na casa, [eu] soube que ela processou eles pelos mesmos problemas e eles tiveram que vender a casa pra pagar o que deviam pra ela. Eu era medrosa nesse tempo. (Entrevistada 5, maio de 2023)

O relato representa o que, em enorme medida, é submetido a outras milhares e milhares de trabalhadoras diariamente. Após a entrevista, ela disse que situações como essa narrada não só eram comuns a todas as suas colegas de profissão, como “acontecem tanto que até, infelizmente, acostumamos”. Interessante notar que no processo de relatar essas situações abusivas do trabalho, a Entrevistada 5 foi reconhecendo o nível profundo de terror que caracteriza essas situações.

Na escuta atenta da narrativa de outra trabalhadora doméstica (Entrevistada 6), encontramos algumas similaridades no discurso, sobretudo a ênfase na falta de alternativas em seu local de origem:

— [...] trabalho desde meus 12 anos de idade. Filha de pescador e lavrador, há muito não volto pra minha terra. [...] De lá, não tinha muitas alternativas, muitas escolhas, a não ser sair em busca de outros trabalhos. [...] Meu pai não queria que eu fosse embora, mas o que eu faria ali? O que sobrava pra gente? (Entrevistada 6, maio de 2023)

Essas indagações nos fizeram aprofundar nossas próprias perguntas, levando-nos a questionar, por exemplo, o que leva essas trabalhadoras a encontrarem na migração a busca por alternativas de existência e como, nessa busca, o trabalho doméstico se constitui como espaço de condições precárias de vida. Nesse sentido, é necessário um estudo mais pormenorizado acerca de como interpenetrar com êxito o relato de vida com uma realidade complexa que escapa, por vezes, a experiência do indivíduo, assim como ter mais entrevistas e escuta ativa para crescer à dinâmica da pesquisa.

Considerações finais

Este artigo apresentou os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento que busca identificar traços de violências e violações de direitos vivenciadas historicamente por mulheres no contexto do trabalho escravo no Maranhão, muitas vezes invisibilizadas

ou naturalizadas por elas próprias e mesmo pela rede de combate no estado.

Trouxemos alguns relatos de mulheres, interpretados à luz de um referencial teórico-metodológico feminista, e começamos a identificar ao mesmo tempo marcas de escravização e trajetórias de emancipação feminina a partir da mediação de entidades dos movimentos sociais às quais essas mulheres estão ligadas. Lembramos que essa mostra de entrevistas, resultado de uma pesquisa qualitativa e ainda exploratória, nos ajuda a pensar em estratégias para melhor compreender a complexidade da problemática (social e de pesquisa), mas está longe de poder representar as vozes de muitas mulheres que sofreram (e ainda sofrem) essas violências e nem sequer as compreendem como tal.

Visando participar desse processo de transformação social, nossas atividades foram além dos muros da universidade. Somado à realização da pesquisa acadêmica, construímos com essas duas entidades sociais, de forma coletiva e participativa, campanhas de sensibilização e combate ao trabalho escravo doméstico², a partir da produção de material sonoro e gráfico e de conteúdos para redes sociais digitais sobre a temática, para que outras mulheres possam ter acesso às discussões. Acreditamos que assim cumprimos a nossa responsabilidade como pesquisadoras e cidadãs de trazer a discussão à tona na sociedade.

Os materiais, assim que totalmente finalizados, serão disponibilizados junto à rede de prevenção e proteção de trabalhadores vulneráveis à situação de escravidão contemporânea no Maranhão, por intermédio da Coetrae. Além disso, serão também sistematizados e repassados em encontros com representantes do movimento social em defesa dos direitos humanos, que poderão obter subsídios capazes de construir estratégias de prevenção e combate a essa prática, além de consolidar caminhos já seguidos e indicar outros na construção de políticas públicas.

A pedido do sindicato, também estão sendo preparadas oficinas de formação e capacitação acerca das condições análogas à de escravo, de acordo com o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, bem como das condições degradantes de trabalho. As oficinas estão sendo planejadas e desenvolvidas de forma coletiva, em parceria com a diretoria do Sindoméstico-MA, conforme as orientações do Plano de Luta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), desenvolvido em seu XII Congresso Nacional.

Já no contexto do coletivo Mulher Maravilha de Açailândia, as mulheres envolvidas com as questões de violência doméstica, abuso sexual, trabalho infantil e trabalho escravo contemporâneo, a partir de um processo de formação em educação popular e feminista, começam a reconhecer as violações vivenciadas e a entender melhor suas relações estabelecidas com maridos, pais e filhos, desnaturalizando as violências. Entendemos que o processo é lento, mas que os primeiros passos estão sendo dados, a partir do reconhecimento das diversas violências sofridas historicamente e da conscientização e memória de suas vivências (Gonzalez, 1983).

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANDRADE, Shirley Silveira. **A mulher negra no mercado de trabalho**: condições escravistas das trabalhadoras domésticas. Curitiba: CRV, 2022.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Natal: EUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESTERCI, Neide. **Escravos da Desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: Cedi; Koinonia, 1994.

FERREIRA, Yoná Luma Campos. **Por uma pedagogia feminista**: relato de experiência do projeto Mulher Maravilha, do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão, Açailândia, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília, DF: Anpocs, 1983. p. 223-44.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 112-138.

MARQUES, Pâmela; GENRO, Maria. Por uma ética do cuidado: em busca de caminhos descoloniais para a pesquisa social com grupos subalternizados. **Revista Estudos de Sociologia**, v. 21, n. 41, p. 323-339, 2016.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão**: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA). São Luís: EDUFMA, 2009.

MOURA, Flávia de Almeida. **Trabalho escravo e mídia**: olhares de trabalhadores maranhenses: São Luís, EDUFMA, 2016.

Artigo Article

MOURA, Flávia de Almeida; SANTOS, Jeyciane Elizabeth Sá. Trabalho escravo e gênero: notas sobre a invisibilidade das mulheres à luz do pensamento feminista. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; MOURA, Flávia de Almeida; SUDANO, Suliane. **Escravidão contemporânea no campo e na cidade: perspectivas teóricas e empíricas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022. p. 112-134.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do Feminismo Negro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Márcia Alves da; CORRÊA, Eliane Godinho; NEGRETTO, Carla. Pedagogia feminista na perspectiva da educação popular com mulheres assentadas do MST. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 20, n. 3, p. 105-116, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 102-127.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 212-234.

YOSHIKAI, Livia Midori Okino. **Análise psicossocial da trabalhadora doméstica através das representações sociais do trabalho**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

¹ Notas

Vale destacar que algumas mulheres que cederam entrevistas para a pesquisa estão atualmente em formação à luz da pedagogia feminista (Silva, 2018) e, por isso, num processo de desconstrução da naturalização histórica de violências sofridas.

²Sobre o conceito de subalterno, ver Spivak (2010).

³De acordo com Yoná Ferreira, coordenadora do projeto Mulher Maravilha, esse nome foi escolhido pelas próprias participantes, em alusão à super-heroína feminina. Segundo ela, embora o modelo (neoliberal e individualista) da construção de super-heróis possa ser questionado pelas teorias feministas (principalmente negras e decoloniais), a identificação das mulheres com a Mulher-Maravilha está relacionada mais às questões de empoderamento, força e luta presentes no imaginário dessas mulheres.

⁴Os extratos de falas aqui trazidos foram recolhidos durante grupos de discussão (Moura, 2016) realizados em abril de 2023. As entrevistadas não são identificadas neste texto, com o intuito de preservar suas identidades.

⁵Os materiais sonoros das duas campanhas – (1) Mulher Maravilha: Empoderamento Feminino para a Transformação Social e (2) Na Luta por Dignidade, junto ao Sindoméstico-MA – podem ser acessados pelo perfil do Getecom-UFMA no Spotify.